

# DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITÓRIOS RURAIS: CONSENSOS E CONTRASSENSOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NO AMAPÁ

LIMA, Ricardo  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP/Brasil).  
[ricardoangelo\\_pereira@yahoo.es](mailto:ricardoangelo_pereira@yahoo.es)  
ALCANTARA, Benedito  
[benedito\\_alcantara@hotmail.com](mailto:benedito_alcantara@hotmail.com)

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural, Territórios rurais, Amapá, política pública

O estudo analisa as estratégias de desenvolvimento rural no Território Desenvolvimento Rural Centro Oeste, no estado do Amapá (Brasil) no período de 2005 a 2009. O Território Rural Centro Oeste amapaense é uma região marcada pela presença da mineração de manganês a partir da década de 1950, e, pela abertura da rodovia federal Perimetral Norte a partir dos anos 1970. A escolha pelo recorte rural significa compreender as raízes que sustentam uma sociedade heterogênea e tremendamente desigual como a sociedade brasileira. Analisa-se um cenário composto por grupos e classes sociais que, historicamente, sempre foram excluídas de qualquer forma de participação no processo de gestão de políticas. Busca-se entender uma experiência de gestão social, através de planejamento de ações, empoderamento de sujeitos na prática social e na capacidade coletiva de transformar a realidade. Esta região sempre se ressentiu da presença de Políticas Públicas que pudessem viabilizar a qualidade de vida, pois os indicadores sociais apontam um acúmulo de inoperância, com ações pulverizadas. Percebe-se que os Territórios Rurais, apresentam inovações na concepção de Desenvolvimento Rural e possibilitam novas perspectivas de gestão territorial. O método adotado foi o fenomenológico, com o intuito de apreender a verdade narrada pelos sujeitos investigados, no esforço de retratar, por meio de suas percepções e concepções, a compreensão mais real possível da temática. A amostra foi constituída de 22 sujeitos investidos em agentes públicos, com seus gestores e técnicos, e, as Coletividades Sociais, com suas lideranças. Os instrumentos de coletas utilizados foram questionário, entrevista gravada, análise documental e observação direta. Quanto aos desafios, destaca-se no campo da gestão territorial, o enfrentamento à uma aderência cultural predominante de desarticulação de ações que adentram no Território, tanto pelas instituições governamentais, por suas esferas de governança e por atuações setoriais; como pelas Coletividades Sociais, que atuam fragmentadamente, reforçando a desarticulação. A condição limitante, e, muitas das vezes impeditiva, é que no arcabouço jurídico-institucional brasileiro, o sistema federativo contempla o Município como ente soberano e político-administrativo. Daí os inúmeros ruídos provocados na arena da gestão territorial, onde há desconfiança inicial dos gestores municipais frente à proposta de implantação do Território Rural. A maturação e assimilação de um novo modelo de gestão de Políticas Públicas exige seu tempo necessário de experimentação e depuração, estando em termos de realidade amapaense em seu início.

## **Introdução:**

O objeto de estudo advindo das estratégias de desenvolvimento rural, tem como fenômeno o Território Rural Centro Oeste-AP, no período de sua criação e implantação, entre os anos de 2005 e 2009.

Partindo-se do contexto das transformações propiciadas por um processo de democratização e crescente participação nas diversas camadas da sociedade brasileira, alicerçadas pela Constituição promulgada em 1988, cada vez mais valorizou-se a dimensão do Local e do Território, agenciadores

de novos atores sociais e novas institucionalidades, que desembocou necessariamente pela concepção de desenvolvimento, em sua urgência de alcançar novos paradigmas.

Desta maneira, o desenvolvimento rural em seu enfoque territorial, tornou-se um tema cada vez mais presente nas mesas de debates, tanto no ambiente das academias, como no campo das políticas públicas, em sua dinâmica de interação com os sujeitos sociais.

A escolha pelo recorte rural alarga, sobremaneira, o feixe de análises, pois significa abraçar o desafio de compreender as raízes que sustentam uma sociedade tão heterogênea e tremendamente desigual como a sociedade brasileira. Adentra-se, sem subterfúgios, em um cenário composto por grupos e classes sociais que historicamente sempre foram excluídas de qualquer forma de participação em um processo de gestão de políticas.

Elegeram-se como teoria de base deste trabalho o Desenvolvimento Rural e como categorias de análise, a Territorialidade, a Ruralidade e o próprio Desenvolvimento Rural.

### **Objetivos:**

O objetivo deste trabalho é fazer uma abordagem sobre as inovações existentes na concepção de Desenvolvimento Rural, através do o recorte das Políticas Públicas dos Territórios Rurais. E, como indagação local, quais as características, desafios e perspectivas observadas na implantação do Território Rural do Centro Oeste do Amapá.

Como campo de reflexão para ser trilhado, buscou-se assenhorear-se da hipótese de que, os Territórios Rurais, enquanto Política Pública, apresentam inovações na concepção de Desenvolvimento Rural e possibilitam novas perspectivas de gestão territorial. Para alcançar a resolução de compreensão do fenômeno em estudo, delineou-se como objetivo geral analisar a concepção de Desenvolvimento Rural, enquanto Política Pública implementada nos Territórios Rurais do Amapá, no período de 2005 a 2009.

### **Metodologia:**

O método científico adotado foi o fenomenológico, com o intuito de apreensão da verdade narrada pelos sujeitos investigados, no esforço de retratar por meio de suas percepções e concepções a compreensão mais real possível da temática em tela. O arcabouço amostral da investigação foi constituído pela amostra de 22 entrevistados, constituídos em Instituições Governamentais, com seus gestores e técnicos, e, as Coletividades Sociais, com suas lideranças. Os instrumentos e as técnicas da investigação foram desenvolvidas utilizando-se de questionário, entrevista gravada, análise documental e observação direta.

### **Desenvolvimento Rural no Brasil:**

De acordo com Schneider (2009), o espaço rural passa por mudanças cruciais, onde pelo menos quatro indicadores constituem um amálgama que entrelaça os novos modelos e novas propostas frente à temática da ruralidade, da territorialidade e do desenvolvimento rural.

Desta forma, apresenta-se as seguintes características,

- (a) que a ruralidade é heterogênea e não está circunscrita às atividades agrícolas;
- (b) os territoriais são espaços pertinentes que permitem refletir sobre a articulação entre as escalas regionais e locais e a globalização;
- (c) o desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, produtivas e tecnológicas, mas também culturais e ambientais;
- (d) a mudança é um processo lento que, no entanto, precisa se traduzir em efeitos práticos como melhorar a renda e a qualidade de vida, tanto quanto incidir sobre as mentes dos atores envolvidos e ser capaz de ser assimilado pelas instituições coletivas (SCHNEIDER, 2004, p.2).

Contraditoriamente, a intervenção no meio rural brasileiro foi amalgamado pelas ações estatais e pelos organismos internacionais, em uma época remota, onde a ênfase era nas

intervenções de caráter compensatório, preenchendo lacunas no pequeno fôlego dos agricultores em acompanhar a chamada modernização tecnológica que a “revolução verde” preconizava. Os exemplos foram explicitados na leva colonizadora na Amazônia e nas frentes de trabalho de combate à seca na região nordestina. Eram as Políticas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), conforme relato sucinto em artigo-resenha de Schneider (2010).

Já em plena década de 1990, irrompe uma extraordinária mudança de compreensão sobre o desenvolvimento rural com novas abordagens, divergindo qualitativamente das bases assentadas na décadas precedentes.

O primeiro fator relaciona-se com “a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira” (SCHNEIDER, 2010,p.30). O segundo fator, é a crescente influência da ação estatal no meio rural, em formas de políticas para a agricultura familiar, tanto como ações ligadas à reforma agrária, quanto a ações ligadas à segurança alimentar. O terceiro fator advém das mudanças no âmbito político e ideológico, com suas duplas e dúbias significações.

Uma segunda tendência de abordagem versará sobre o novo rural brasileiro, enquanto atividades não-agrícolas e demais políticas compensatórias, fruto de um arcabouço analítico e conceitual advindo das reflexões efetivadas pelo Projeto Rurbanoque reuniu um grupo de pesquisadores liderados por José Graziano da Silva, onde demonstraram que o meio rural do final do século XX, já não podia ser tão somente assinalado como agrícola.

Em linhas gerais, o novo rural deixa de ser sinônimo de atraso, por ter uma nova conformação econômica e demográfica, em uma crescente redução das diferenças entre o urbano e o rural, onde a agricultura é apenas uma das atividades.

De um lado, apresentam-se três grupos de atividades: o agronegócio e suas agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas que incidem na questão da moradia, do lazer e prestação de serviços; e, um último grupo, atividades agropecuárias direcionadas a nichos de mercado. São as famílias pluriativas, porque combinam atividades agrícolas e não-agrícolas e porque também promovem a integração intersetorial e interespaial.

Por outro lado, compondo também o mesmo cenário, em oposição à faceta moderna, apresenta-se o lado atrasado, com seu quadro de miséria e vulnerabilidade social, com seus excluídos e desorganizados, onde incidirá as políticas compensatórias.

Há uma terceira tendência de estudos debruça-se sobre a “força da tradição” e os limites históricos e sociais ao Desenvolvimento Rural. Parte-se de estudos sobre o clientelismo, o patriarcalismo e outros comportamentos sociais e políticos, que apontam, segundo diversos sociólogos e cientistas políticos, mecanismos de dominação cultural e social que se tornam instrumentos legitimadores de poder e de privilégios de elites locais, exigindo, portanto, processos radicais de democratização, na perspectiva de libertação de indivíduos e grupos sociais da tutela dos vários mediadores(Estado, Igreja, Partido Político, Movimento Social).

Os autores mais destacados em tal perspectiva de reflexão são José de Souza Martins, Zander Navarro e J. Fox, que propugnam que os processos de desenvolvimento podem e devem contribuir, efetivamente, para estimular a ‘emancipação social’, criar mecanismos de responsabilização (accountability) e, desse modo, promover a democratização da sociedade”(SCHNEIDER, op.cit.,p.523).

Finalmente, o quarto grupamento de abordagem, tem como enfoque o agronegócio e as cadeias agroalimentares. Busca-se refletir sobre a inserção dos pequenos agricultores e seus aspectos sociais de tal processo. Ou seja, compreender como os pequenos produtores e suas organizações fazem frente aos desafios postos pela operatividade capitalista no campo.

## **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural**

Tendo como referência a reflexão de Boneti (2006, p.9), “o ser de uma política pública resulta da dinâmica adotada no todo da sua trajetória, da elaboração à efetivação”. Para o autor, toda política pública tem uma ideia principiante, carregada por uma conjugação de interesses, ideologias,

embates entre as forças sociais e até de concepções científicas. Faz-se necessário reconhecer uma relação intrínseca entre Estado e classes sociais, e em específico, entre o Estado e a classe dominante. Em tal processo de geração, as políticas públicas revestem-se de um cenário intenso de disputa pela apropriação dos recursos públicos, sob uma dinâmica das relações sociais, políticas e produtivas advindas da própria.

Sendo uma intervenção na realidade social, uma política pública pode gerar um descompasso entre o pretendido e o seu resultado, haja vista a correlação de forças sociais originadas de interesses específicos de diferentes parcelas ou grupos sociais. A questão é identificar quais os grupos sociais mais bem aquinhoados por determinada política pública.

Cabe introduzir um quadro que retrata as inserções das Políticas e Instituições governamentais que adotam a temática do Desenvolvimento territorial, em seu recorte temporal a partir dos anos 2000, fruto do processo que veio ocorrendo no Brasil, a partir da metade da década de 1980 e bastante efervescente nos anos 1990.

### **A política pública de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário e sua inserção no Amapá**

A inserção da Política Pública emanada do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ocorreu no Plano Plurianual de 2004 a 2007, inserindo-se como base e referência para a construção do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, no qual definia-se território como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e, uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidades e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005, p. 28).

Infere-se, assim, que esta definição sobre território remete a compreensão da pertinência do advento de Territórios Rurais no Amapá. Encontrar-se na Amazônia, com seus diversos cenários, com seus fragmentos de quebra-cabeça sobre um tabuleiro, em busca de um encaixe ideal apenas Tateado, leva-se, infelizmente, a constatação de que se está diante de um histórico quadro de fracasso das diversas propostas de “Desenvolvimento” para a Região.

Como se apreender, portanto, sobre a perspectiva de Desenvolvimento partindo dos Territórios Rurais? Convém refletir sobre a proposta oriunda do MDA quanto à operacionalidade do Programa de Desenvolvimento Sustentável a partir de Territórios Rurais, o que indica para um novo jeito de conceber e de implementar Políticas Públicas, incorporando mudanças importantes que ocorreram nas esferas de governos em muitos países e que promoveram ações precursoras de movimentos de descentralização da gestão e de participação social, conforme enunciado abaixo:

[...] nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características (BRASIL, 2005, p. 11).

A reestruturação em curso na Amazônia brasileira é espacialmente seletiva e socialmente excludente, o que não impede de assistirmos a adoção de estratégias dos assim chamados excluídos,

como resistência a todo esse esmagamento, provocando suas presenças no cenário das decisões, demandando do Estado e arrancando na prática as Políticas Públicas que os beneficiem.

Exarando uma perspectiva histórica amapaense, pesquisada e analisada por Porto (2003), identificam-se três áreas geoeconômicas que vão forjando a organização espacial amapaense, percebendo-se a conformação de assimetrias inter regionais, como, por exemplo, na observação, nítida, de toda área entre os Rios Araguari e Oiapoque, outrora Região de intensas disputas por riquezas, abandonada à própria sorte, além de se constituir em palco de ações fragmentadas e desconexas, sem enraizamento de um projeto local.

No atual movimento e redesenho de fronteiras que vão amalgamando as territorialidades amapaenses, desemboca-se, em novas estratégias de efetividade das políticas públicas, entre elas, a criação e implementação dos Territórios Rurais amapaenses.

A proposta de Territórios Rurais como vetores de Desenvolvimento e suas dinâmicas internas de implementação assumem como desafio equacionar estes cenários, superando o viés homogêneo de Políticas Públicas anteriores e atuais.

### **Política Territorial Rural no Amapá:**

No ano de 2005, a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Amapá (DFPA-AP), coordenou toda uma articulação no âmbito do Estado do Amapá, que desencadeou o desenho dos Territórios Rurais, entre eles o Território do Centro Oeste do Amapá (BRASIL, 2005).

O Território Rural Centro Oeste é formado pelos municípios de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Ferreira Gomes. É uma região que foi marcada em sua visibilidade externa, pela presença da primeira grande intervenção mineradora ocorrida na Amazônia, com a descoberta e conseqüente exploração das jazidas de manganês em Serra do Navio, a partir da década de 1950.

Agregada a esta atividade, foi a construção da Estrada de Ferro do Amapá, que atravessa três municípios constituintes do Território Rural. Outra inserção que integrará e forjará a identidade local será a construção da Rodovia Federal Perimetral Norte. Em sua intersecção rumo à capital Macapá, a Rodovia será ligada com a BR 156, que atravessa o Estado na direção Norte-Sul, envolvendo o município de Ferreira Gomes.

A região Centro Oeste do Estado sempre se ressentiu da presença de Políticas Públicas que pudessem viabilizar profundamente uma qualidade de vida mais digna para seus habitantes, pois os indicadores sociais apontam um acúmulo de inoperância e de ineficiência, com ações pulverizadas, revestidas por uma dinâmica arrogante que não contemplava a participação local ao longo do processo.

As chamadas próteses sociais que foram sendo alocadas ao longo da sua história, consubstanciaram na população do Território Centro Oeste uma cultura que perpassa do pessimismo que acomoda e subtrai a capacidade de gerar um protagonismo, até ao extremo do ativismo individualizante e egolátrico, que apenas vislumbra um horizonte de ganhos imediatos e sem enraizamentos que processem uma transformação mais duradoura.

O primeiro aspecto fomentado refere-se a toda uma demanda do mundo agrícola, que chamaríamos da esfera da produção. O processo estruturante do PTDRS no Território Centro Oeste vai carregar esta marca radicada na vida econômica, com ênfase quase que exclusiva na produção agrícola advinda dos pequenos produtores. Talvez aí esteja a acentuação em uma demanda predominantemente agrícola.

O segundo bloco revelado incide nas ações pontuais que abrangem as áreas específicas das Políticas Públicas, principalmente aquelas da demanda social, em suas urgências e carências, como a saúde e a educação.

O terceiro indicativo gira em torno da atuação em rede, do processo de articulação, de ampliar o olhar no entorno e perceber que deve-se incluir mais e novos atores, além do

fortalecimento das institucionalidades já existentes, como as próprias associações e sindicatos, além dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). É uma interação para dentro, um olhar para o seu interior. Mas aponta-se uma perspectiva de atuação que envolve assentar a Gestão Territorial nas diversas esferas governamentais e seus respectivos órgãos de execução. Exige-se um maior envolvimento, muito mais comprometido do que uma simples presença formal. Aqui chamaríamos a esfera da governança.

O quarto apontamento, que acolhe os elementos anteriores, adentra de frente com a questão do poder, que perpassa toda a temática da territorialidade, em sua multidimensionalidade do que é vivido pelo grupo.

Enfim, o quinto elemento que aparece é a alusão a um novo recorte territorial, a partir da constatação de que as superfícies que delimitaram os campos operatórios, e que desembocaram na abrangência do desenho atual dos quatro Territórios Rurais do Amapá, não estão correspondendo o suficiente a toda uma dinâmica de malhas e redes em suas interações que sustentam e constituem cada Território Rural.

O cenário de contrassensos, do mesmo modo, vai objetivar-se nas apreensões coletadas, quando da definição da gestão territorial em sua capacidade de gerar um processo de ampla participação e superação de obstáculos, viabilizando uma dinâmica definidora de ações e desdobramentos do que foi planejado.

A escolha de um Território Rural incide em parâmetros que apontam que uma determinada região está fragilizada diante dos dados de pobreza, de desigualdade, de um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sofrível e ausência institucionalizada do Estado em suas Políticas Sociais.

Estruturar uma Política Pública em um processo de territorialização de algumas dessas políticas, está-se pontuando que o Território Rural passa a ser o local que oportunizará a visibilidade de um processo de Desenvolvimento Rural, que não tem receita pronta, mas que se pautará por uma dinâmica transformadora em seus diversos contextos de implementação, principalmente no combate às desigualdades sociais e seus malefícios de indigência cidadã, integrando em sua estruturação de Desenvolvimento a perspectiva da sustentabilidade, justiça e equidade social.

Com tal proposta, o Estado deixa de ser o ator principal e assume seu papel de indutor do Desenvolvimento, fermentando redes de parcerias e convivência dialógica com as coletividades sociais, em uma escala de ação mais adequada para efetivar Políticas Públicas. Mas, aludindo-se às características da economia local, a tessitura social e a capacidade de intervenção da sociedade civil da Perimetral Norte, longe está o deslanche de um processo de Desenvolvimento Rural. São os contrassensos a serem considerados.

## **A institucionalização dos Territórios Rurais**

A partir de 2000 com a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas múltiplas linhas de ação, exigindo uma reformulação das instâncias, criando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), levando os Estados a adequarem seus Conselhos ao PRONAF. Referente a uma das primeiras incursões formais do CEDRS na região do futuro Território Centro Oeste foi a apresentação do “Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Pequena Agricultura Familiar nas comunidades da Perimetral Norte no município de Pedra Branca do Amapari.

Certamente, em tal processo de aglutinação e convencimento, ocorreu um movimento de maior ou menor adesão às incipientes iniciativas territoriais, inclusive tendo reação adversa de alguns gestores de órgãos públicos federais e estaduais, devido à ênfase na nomenclatura “Território”, pois que remetia ao período histórico em que existiu o “Território Federal do Amapá, como unidade administrativa da federação, podendo ser um retrocesso, haja vista que já estava-se em um novo patamar como unidade federativa. Na memória coletiva subjacente, relacionou-se a

luta pela transformação do Amapá em Estado, como sinônimo de progresso e de avanço, enquanto a situação anterior de Território Federal significava atraso e abandono.

Em 2006 as ações territoriais continuaram acontecendo, conforme é aferido nos documentos do CEDRS. Novamente as Instituições governamentais são convidadas a participar. Mas, cada vez mais vão se tornando ausentes da construção e implementação das ações territoriais, tanto os da esfera federal como os da esfera estadual, com as gratas exceções, como a SDR, o RURAP e a ADAP.

Em 18 de julho de 2006, pelo Decreto N° 2197, novamente o CEDRS passou a ter uma nova composição e alteração em sua dinâmica interna. A grande novidade é uma vaga garantida para o representante dos Conselhos Territoriais. Ou seja, além da vaga do representante da Delegacia Federal do MDA, o ministério responsável direto pela condução do Programa Nacional de Ações Territoriais (PRONAT), acolhia-se, através de mais uma vaga, a realidade do recorte dos Territórios Rurais no Estado do Amapá.

O reflexo de tal processo de inserção por parte das instituições estatais na gestão territorial, será cristalizado na composição do Colegiado do Território Centro Oeste, desde a sua primeira composição em 2005 até o período final que se debruça o presente estudo, quando passará à condição de Território da Cidadania, no ano de 2009.

Na etapa inicial não fará parte nenhuma instituição federal e nem estadual. Já no período posterior, na esfera estadual apenas o RURAP e a Unidade Descentralizada da SDR. O peso maior está nos órgãos governamentais de âmbito municipal.

### Algumas revelações do estudo

Ao debruçar-se sobre as temáticas presentes no questionário, obteve-se os seguintes indicativos:

Em relação a participação eficaz de sua instituição à época, na negociação dos diversos interesses, nos entendimentos e acordos para a implantação do Território Rural Centro Oeste percebe-se o alto índice de resposta afirmativa, apontando um quadro favorável no enfoque territorial que preza o conceito de governabilidade democrática e o exercício da cidadania. (Gráfico 1).

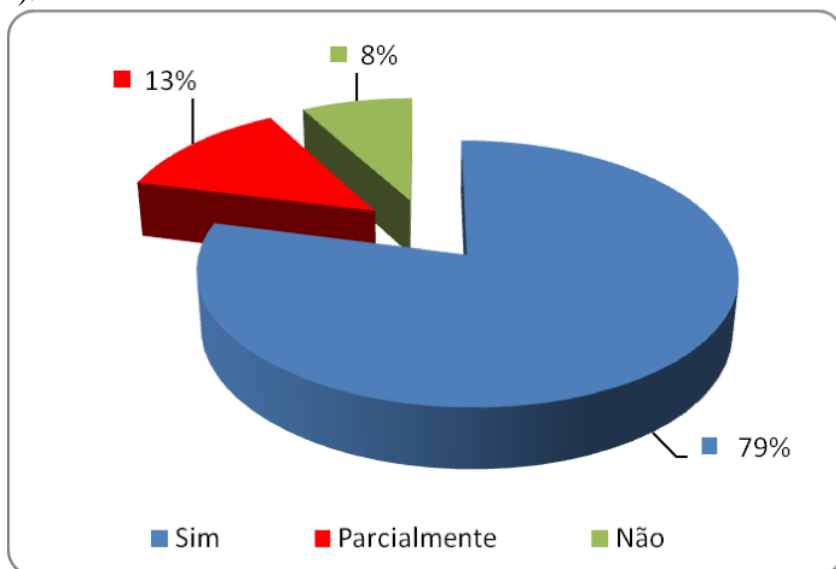


Gráfico 01 - A Participação das Instituições na negociação dos interesses e acordos para a implantação do Território Rural Centro Oeste-AP.

Fonte: ALCÂNTARA (2012).

Na atuação territorial, a temática foi sobre a complementaridade de ações entre as instituições, haja vista a arraigada prática de que cada órgão cuida de suas tarefas, em atividades

isoladas e desconexas, principalmente quando se refere a esferas governamentais diferentes, mas tendo o mesmo local de inserção, no caso em tela, o Território Rural Centro Oeste-AP.

Conforme o resultado, também se obteve que cerca de 71,0% apontou uma aceitação normal, expressando um ambiente de boa vontade das instituições em atuarem em conjunto, superando a pulverização de atuação, principalmente quando está se falando da área rural do Estado. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que 29,0% apontaram uma total restrição de atuação, evidenciando um cenário de estreitamento e até de marginalização na presença de certas instituições no período indicado, de 2005 a 2009, enodando uma das dimensões do desenvolvimento territorial, pautado na participação ampla e democrática, com respeito pela diversidade.

Na mesma linha de apreender quais foram as ferramentas utilizadas para as ações territoriais no recorte temporal para estudo, adveio a presença da cooperação no processo de criação e implementação do Território Rural Centro Oeste.

Percebe-se uma resposta onde quase a totalidade dos entrevistados assinalaram afirmativamente sobre a utilização da cooperação, como ferramenta presente no processo de implantação das ações territoriais. Não havendo, por outro lado, nenhuma resposta negativa. Este posicionamento vai ser fortalecido quando os entrevistados vão justificar, em outro questionamento, o processo de gestão social do desenvolvimento territorial, ao afirmarem o aspecto colaborativo e compartilhado da gestão.

Adentrando na principal Institucionalidade criada no Território Rural, perguntou-se sobre a atuação e funcionamento do Colegiado, conforme estava previsto no planejamento construído pelos participantes territoriais. Mais de 58% dos entrevistados confirmou positivamente que o CONTESCO cumpriu sua função.

Não ocorreu nenhuma resposta negativa. Mas o índice de resposta sobre a atuação parcial do Conselho desvela diversos elementos que serão afluídos quando os entrevistados ficam mais à vontade para exporem suas apreensões, evidenciando os diversos entraves e verdadeiro aprendizado no interior do Colegiado, entre avanços e recuos a cada etapa.

Mister se faz assinalar que, o grupo inicial do Território Centro Oeste rejeitou desde o início do processo territorial, já em suas primeiras oficinas, a implantação de uma Comissão de Implantação de Ações Territoriais-CIAT, passo comum na maioria dos Territórios Rurais implantados pela SDT/MDA em todo o Brasil. A decisão da plenária foi consensuar que a trajetória dos que atuavam na região do futuro Território Rural já estava bastante amadurecida para iniciar em uma institucionalidade territorial no patamar do Colegiado.

Tendo como cenário o interno do Colegiado, onde ocorria a escolha dos Projetos a serem assumidos e executados pelo Território Rural, perguntou-se aos entrevistados se a instituição a qual pertencia naquele período(2005 a 2009), participou de tais momentos. Um quantitativo expressivo mostrou que 71% sentiu-se contemplada, assinalando afirmativamente, em sintonia com o que se revelou nas indagações anteriores, quando levantou-se a respeito da presença nas negociações, na complementariedade de ações e na cooperação dentro da vida territorial, notadamente pelo grupo que assumiu a construção e implementação na visibilidade do Território Centro Oeste.

Com todos estes elementos postos, já era possível indagar sobre o ambiente que se criou no interno do Território Rural, à medida que se avançava e se debruçava na tessitura territorial. O grupo constituinte precisava em seu cotidiano de um processo de comunicação. Indagou-se aos entrevistados se as suas instituições perceberam a presença de uma comunicação positiva e transparente entre os envolvidos nas ações territoriais (Gráfico 2).



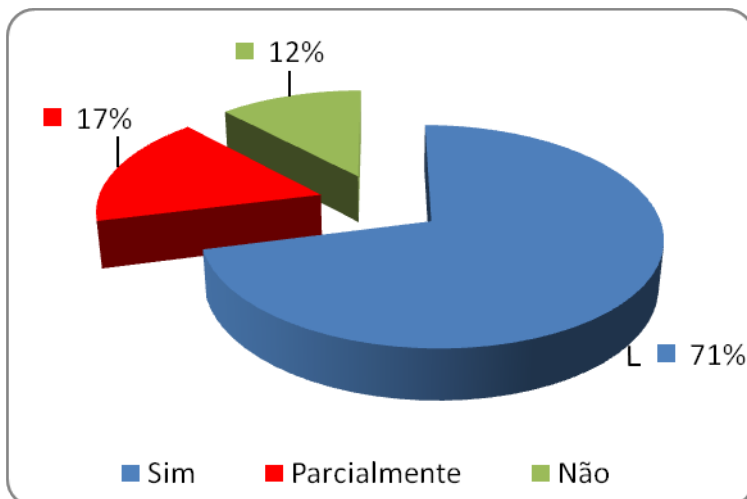


Gráfico 2.- A percepção de uma comunicação transparente e positiva no Território Rural do Centro Oeste-AP (2012)

Fonte: ALCÂNTARA

O nível afirmativo é significativo, por sua preponderância. Porém, há que considerar-se o patamar acumulado de respostas pelas opções “*não*” e “*parcialmente*”, que acusa no interior do processo, fluxos interditados e sem a devida fluidez que atinge a todos os sujeitos envolvidos, revelando algumas precariedades de condução na gestão territorial.

Ainda em sintonia com a ambientação reinante no processo de implantação das ações territoriais no Território Centro Oeste-AP, foi perguntado aos entrevistados se existiu esse ambiente favorável para avaliação do que estava sendo implementado. Novamente, por ampla maioria, no patamar de 75% confirma-se que foi possível construir um processo avaliativo ao longo da trajetória inicial do Território.

Finalmente, como que aglutinando os diversos elementos anteriormente questionados aos entrevistados, era pertinente indagar dos mesmos se as diversas institucionalidades presentes no Território Rural do Centro Oeste, foram capazes de promover o processo de gestão social na perspectiva de um desenvolvimento territorial, naquele período de 2005 a 2009.

Na presente indagação pedia-se um complemento, como justificativa da resposta assinalada, posto que a temática em questão refere-se diretamente à hipótese levantada que motivou a construção do presente trabalho de pesquisa.

Observando-se graficamente as respostas anteriores, faz-se necessário apontar que o tema da gestão social foi a única que não teve uma afirmativa positiva na maioria das respostas averiguadas. Mas por outro lado, quase atinge a metade das apreensões.

O tema da gestão social, em sua roupagem territorial, reveste-se de uma importância ímpar para a presente reflexão, enquanto desafios e perspectivas possíveis que podem ser vislumbradas na trajetória de criação e implementação do Território Rural do Centro Oeste-AP e quiçá reflitam na concepção de Desenvolvimento Rural, enquanto Políticas Públicas.

A análise mais ampla e assentada sobre a questão em tela, será apreciada em seu conjunto quando forem apresentadas as apreensões advindas dos entrevistados, quando da realização das perguntas abertas, onde cada pesquisado ficou completamente à vontade para expor suas ideias e reflexões do fenômeno em estudo, com um olhar retrospectivo de uma época recente.

## RESULTADOS PRELIMINARES:

Com o Plano Territorial, pode-se afirmar da presença inovadora em um desenho de desenvolvimento territorial, quando os agentes territoriais, a partir de suas diversidades e defesas de interesses, aglutinam-se criativamente para superar uma prática vigente, baseada na fragmentação e

volatilidade de retorno favorável, que incrementasse uma alteração significativa da realidade de seu entorno.

Primeiramente, a superação da carga municipalizante, por uma concepção territorial de gestão de uma Política Pública, com todos os seus consensos e contrassensos, foi um alento inovador percebido na implantação do Território Rural Centro Oeste.

A segunda nota conclusiva é que os Territórios Rurais possibilitam novas perspectivas de gestão territorial, encontra-se tal liame exatamente nas ações visíveis, na fase inicial do Território Rural Centro Oeste, mergulhado em seu ciclo de planejamento territorial, com seus devidos encaixes em formas de projetos e de articulação nas injunções do campo político-institucional. A característica inovadora foi promover um processo de aprendizagem social, constituindo-se em uma expressão política sem precedentes para a região da Perimetral Norte.

A terceira nota conclusiva, em resposta à questão problematizadora em apreender quais as características, os desafios e perspectivas observadas na implantação do Território Rural Centro Oeste, é possível apontar a existência de diversos elementos relevantes para a presente reflexão.

### **Bibliografia:**

BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Ed.Unijuí, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Documentos Institucionais n.º 02. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Brasília: SDT/MDA, 2005.

\_\_\_\_\_. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia para o planejamento territorial. 2.ed. Documentos de apoio no 02. Secretaria de Desenvolvimento Territorial / SDT. Brasília: SDT/MDA, 2005.

PORTO, J.L.R. Amapá: principais transformações econômicas e institucionais- 1943 - 2000. Macapá: SETEC, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. (coord.). Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais – Brasil. Produto 6 – Relatório final. Porto Alegre: FAURGS, fevereiro de 2007. 256 p.

SCHNEIDER, Sergio. [et.al]. Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, vol.30, n3(119), pp. 511-531, julho- setembro/2010.

SCHNEIDER, Sergio. Território, ruralidade e desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1.